

Poder 360, 19 de Maio de 2023

Política de preços absurda, PPI ameaçou exaurir a Petrobras

Empresa, economia e brasileiros foram saqueados pela transformação da produtora em importadora de combustível

Por: José Paulo Kupfer

Tudo que gira em torno da PPI, a política de paridade de importação, que guiou a definição dos preços dos combustíveis derivados de petróleo vendidos no Brasil, de 2016 até a 2ª feira (15.mai.2023), tem um pé firme no mundo do absurdo. A própria PPI era um absurdo e os argumentos que estão sendo invocados para lamentar a sua extinção, idem.

Era ilógico atrelar a totalidade dos preços de venda dos combustíveis derivados de petróleo às cotações internacionais, como se todos fossem importados, o que só é verdade para 15% da gasolina e pouco mais de 20% do óleo diesel consumidos no país. As importações decorrem da insuficiente capacidade de refino, em parte porque o petróleo extraído dos poços brasileiros é de um tipo não processado em refinarias locais, em parte porque os investimentos em refino foram descontinuados.

As diferenças entre os custos de produção internos e os preços de importação são igualmente absurdas. Chegam a 125% no caso do diesel, vão a 100% no gás de cozinha e atingem 90%, na gasolina. Entende-se a imensa diferença quando se sabe que a produção local de petróleo, em quase 80% do total extraída nas

regiões do pré-sal, tem custos em torno de US\$ 14 por barril, enquanto as cotações internacionais rondam US\$ 75/85.

Essas diferenças fizeram com que a Petrobras acumulasse lucros extraordinários, que somaram R\$ 340 bilhões e criaram caixa de R\$ 700 bilhões, no período da PPI. Trata-se de um superlucro que assegurou à empresa, nos últimos anos, rentabilidade 3 vezes superior à da média das demais grandes petroleiras globais.

Os benefícios disso, porém, foram destinados quase integralmente aos acionistas privados da empresa, 60% dos quais estrangeiros, em que o Estado brasileiro é o controlador. Em 2021, por exemplo, a Petrobras distribuiu 90% do lucro para os acionistas, deixando os investimentos à míngua. A alegação de que o governo também se beneficiou com sua parte nos dividendos tem de ser relativizada, diante do fato de que, em todo esse período, vigorava a regra de controle fiscal do teto de gastos, e, assim, os recursos só puderam ser destinados ao abatimento da dívida pública.

Na vigência da PPI, durante os governos Temer e Bolsonaro, a Petrobras desprezou aplicar parte de seus excepcionais resultados em investimentos. Em lugar de renovar e ampliar seus ativos, e avançar na transição energética que viabilizariam sua perenidade, a companhia vendeu refinarias, parques eólicos e fábricas de fertilizantes. A empresa foi condenada a se exaurir junto com a exploração de suas reservas de petróleo, rumo ao fim inglório de uma privatização do desconjuntado esqueleto que dela restaria.

Potencializada pela pandemia e pela guerra na Ucrânia, que promoveram choques de suprimentos, a PPI promoveu altas irresponsáveis nos preços dos combustíveis, alimentando surtos inflacionários. As pressões inflacionárias, em boa parte com origem na escalada dos preços dos combustíveis, levaram o

Banco Central a apertar a política de juros e a contribuir para estrangular a economia.

Os freios impostos pela política monetária contracionista estão entre as causas da manutenção do desemprego em níveis elevados e das dificuldades enfrentadas pelas empresas. Não há dúvida de que as quedas na renda familiar, o aumento da pobreza, endividamento e inadimplência recordes têm as digitais da PPI.

Com todas as consequências danosas da PPI, rentistas e seus representantes no mercado financeiro, assim como segmentos dentro do setor de petróleo que passaram a explorar as brechas criadas com a venda de ativos Petrobras, estão inconformados com a nova política de preços anunciada pela companhia. Diferentemente da PPI, a nova política nada tem de absurda.

Essa nova política continua tendo como referência os preços internacionais (e, por isso, obviamente, a taxa de câmbio), mas só na parte restrita às importações de combustíveis. O preço internacional de referência será filtrado por componentes clássicos de comercialização —a demanda de mercado e os custos internos de produção. Qual a novidade?

Há também o compromisso explícito de assegurar a rentabilidade do negócio, o que significa que a Petrobras se compromete a não fazer dumping, o que ocorreria se vendesse combustíveis com prejuízo para abocanhar fatias adicionais do mercado. A eventual necessidade de ampliar importações próprias, para suprir espaço que venham a ser deixados por atuais importadores, pode até comer parte dos lucros, mas as margens são tão favoráveis que não existe risco de produzir prejuízos ou aumento insustentável do endividamento.

As queixas de que a nova política de preços não é transparente, e que, portanto, aumenta a ingerência do governo na empresa, revelam mais manifestações de

resistência às mudanças de objetivos estratégicos da Petrobras do que problemas reais. “A extinção do PPI reduz a ingerência do rentismo na gestão da Petrobras e, por isso, amplia o horizonte e diversifica os interesses envolvidos na governança da Petrobras”, escreveu o economista André Roncaglia, professor da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), em artigo na Folha de S. Paulo.

Não há, de fato, na nova política, como não havia na PPI, data certa para os reajustes. Tanto quanto antes, portanto, a Petrobras pode retardar reajustes, sem necessariamente incorrer em perda de rentabilidade. Mais do que isso, poderá praticar preços mais referenciados a seus custos de produção e políticas de comercialização, visando a ganhar mercado, abandonando a volatilidade das cotações internacionais de petróleo e da taxa de câmbio. Em português claro, pode operar com preços menores e reajustes mais planejados.

Elaborado pelo economista Eduardo Costa Pinto, professor do IE-UFRJ (Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro), que acompanha de perto a evolução dos números da Petrobras. Em abril do ano passado, o estudo mostrou que a nova estratégia é perfeitamente viável. De acordo com os resultados, um corte linear de 20% nos preços de todos os combustíveis vendidos às refinarias manteria a Petrobras mais rentável do que suas congêneres internacionais, e sem qualquer perigo de descapitalização ou de acúmulo de dívidas.

Link para a matéria original:
<https://www.poder360.com.br/opiniao/politica-de-precos-absurda-ppi-ameacou-exaurir-a-petrobras/>